



O português indígena na Sociolinguística brasileira: uma revisão de literatura

Portugués indígena en la Sociolinguística brasileña: una revisión de literatura

Vítor Jochims Schneider¹
Universidade Federal de Santa Maria

Natália Uriarte Fauro²
Universidade Federal de Santa Maria

Recebido em: 25 de novembro de 2024.

Aprovado em: 13 de março de 2025.

Como citar este trabalho:

SCHNEIDER, V. J.; FAURO, N. U. O português indígena na Sociolinguística brasileira: uma revisão de literatura. **Traços de Linguagem**, v. 9, n. 1, 98-112, 2025.

RESUMO: O presente trabalho objetiva verificar o estado da arte da pesquisa brasileira em sociolinguística sobre o português indígena. Estabeleceu-se como método a revisão de literatura, realizando uma busca por artigos completos identificados pela palavra-chave “português indígena”, no período entre 2012 e 2022. Foram identificados estudos que se apoiam em diferentes abordagens teóricas. Este artigo apresenta um recorte dos resultados de natureza sociolinguística. Os oito trabalhos analisados apresentam diferentes metodologias, contudo, convergem para um ponto em comum: o reconhecimento de especificidades linguísticas no português indígena que remetem a marcas das línguas originárias dos falantes.

PALAVRAS-CHAVE: Português Indígena; Português de Contato; Variedades do Português Popular Brasileiro; Sociolinguística.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es verificar el estado del arte de las investigaciones brasileñas acerca del portugués indígena. Establecimos como método la revisión de literatura, haciendo una búsqueda por artículos completos identificables por la palabra clave “portugués indígena”, en el periodo de 2012 hasta 2022. Fueron identificados estudios que se apoyan en distintos abordajes teóricos. Este artículo presenta un recorte de los resultados de carácter sociolingüístico. Los ocho trabajos analizados presentan distintas metodologías, pero convergen en un punto en común: el reconocimiento de la presencia de especificidades lingüísticas en el portugués indígena que remiten a marcas de las lenguas originales de los hablantes.

PALABRAS CLAVE: Portugués Indígena; Portugués de Contacto; Variedades del Portugués Popular Brasileño; Sociolinguística.

¹ Licenciado em Letras (Habilitação: Português/Inglês) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós Graduação em Letras da UFRGS. Tem experiência docente no ensino de Português como língua materna e adicional; leitura e produção textual. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria, coordenador do Grupo de Estudos em Linguagem e Interculturalidade (GELI) e tutor do PET Indígena Nande Reko (UFSM). vitor.jochims@ufsm.br.

² Graduanda em Licenciatura em Letras- Habilitação em Português e Literatura em Língua Portuguesa na Universidade Federal de Santa Maria (2022- atual). Participou de projetos de ensino e extensão voltados à educação escolar indígena e à educação popular. Faz parte do Grupo de Estudos em Linguagem e Interculturalidade (GELI/ UFSM). Desde 2023 atua como educadora de Literatura no Pré-Universitário Popular Alternativa (UFSM). natalia.fauro@acad.ufsm.br.

1. Introdução

Há um consenso, dentro das investigações realizadas pela linguística histórica, de que, no território que é hoje denominado Brasil, havia, no período anterior à invasão colonial, cerca de 1.300 línguas sendo faladas pelas populações nativas. Estima-se que atualmente, no território brasileiro, sejam faladas cerca de 200 línguas, sendo que 180 dessas são línguas ameríndias, um número que representa 15% da imensa variedade de línguas faladas antes de 1500 (RODRIGUES, 1993).

No contexto da América Latina, o Brasil é o país com maior diversidade linguística e, ao mesmo tempo, é o país com o maior número de línguas ameaçadas. Nesse conjunto de 180 línguas ameríndias faladas no território brasileiro, encontramos uma notável diversidade acompanhada de uma considerável heterogeneidade demográfica. Tradicionalmente, os linguistas demonstram que tal diversidade idiomática pode ser organizada em cinco grandes conjuntos: os troncos Tupi e Macro-Jê, acompanhados das famílias Caribe, Pano e Aruak. Para além disso, encontramos variados status sócio-demográficos que indicam desde línguas em estado vigoroso, com transmissão intergeracional em curso, até línguas que estão em vias de extinção (MAIA, 2006; D'ANGELIS, 2011).

O cenário linguístico do território brasileiro tem mobilizado investigadores e ativistas em ações junto às comunidades indígenas contemporâneas. Por um lado, existe a urgência de ações coletivas para manutenção e revitalização das línguas nativas. Em paralelo a isso, a situação das comunidades indígenas contemporâneas indica o surgimento de outros fenômenos de estudo, como é o caso das variedades do português faladas por estes povos. O *português indígena*, em termos básicos, é um conceito genérico, que se refere às variedades de língua portuguesa faladas pelas comunidades indígenas brasileiras, seja em situações de bilinguismo, em que sujeitos mantêm sua língua nativa, seja nas situações monolíngues, em que sujeitos a perderam. Desse modo, o fenômeno do português indígena pode se manifestar tanto em situações nas quais o português já é língua hegemônica de um grupo como em contextos nos quais é uma segunda língua, empregada em situações específicas, com diferentes graus de proficiência (LUCHESE; PISCANO SIMAS, 2020).

Ainda que seja um fenômeno linguístico de difícil acesso, o português indígena tem sido objeto de investigações desde a década de 1980. Como pioneiros, destacam-se os trabalhos de Rosa Virgínia Mattos e Silva (1988) sobre o Português Kamayurá, e de Charlotte Emmerich (1992) sobre o português de contato no Parque Nacional do Xingu. A partir de tais trabalhos, foram desenvolvidas pesquisas posteriores a respeito do português xinguanho sob recortes diversos, como é o caso da dialetologia (MATTOS E SILVA, 1997), fonologia (PAIVA, 2010), morfossintaxe (GOMES, 2010), discurso (BAIÃO, 2010).

Em paralelo às pesquisas acadêmicas, o termo português indígena passou a figurar, desde 1998, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Indígena. De acordo com o documento, cada povo indígena tem seu modo próprio de falar a língua portuguesa, e tais modos carregam marcas específicas da língua de origem de cada povo. O documento frisa que esses modos de expressão devem ser respeitados na escola e fora dela, visto que são atestados da identidade indígena (BRASIL, 1998).

Atualmente, o termo *português indígena* se faz presente em diferentes ações investigativas. De um lado, encontramos diversos trabalhos alinhados à sociolinguística que buscam descrever diferentes aspectos do português falado e escrito por distintos povos nativos. Por outro lado, há uma quantidade significativa de investigações que visam mapear a presença do português indígena dentro dos espaços de educação formal, sobretudo nas universidades. Diante desta variedade de perspectivas sobre o português indígena, o presente artigo tem como

objetivo apresentar um recorte sobre o estado da arte da pesquisa que tem sido desenvolvida na academia brasileira acerca do português indígena em abordagens de natureza sociolinguística.

A próxima seção do artigo versa sobre o método e a constituição do *corpus* de análise. Na terceira seção, são apresentados os resultados do *corpus* de análise de abordagem sociolinguística. Por fim, na quarta seção, é proposta uma discussão final a partir dos resultados encontrados.

2. Método

Para construir um panorama das investigações brasileiras acerca do fenômeno Português Indígena, adotamos o método de revisão bibliográfica. O material foi colhido em setembro de 2023 na plataforma de pesquisa *Google Acadêmico*. Estabeleceu-se o termo “Português Indígena” como expressão-chave na barra de pesquisa, e o decênio de 2012 a 2022 como recorte temporal. Além disso, delimitou-se a procura dos textos apenas em Língua Portuguesa sem incluir citações. Como resultado dessa primeira seleção, foram encontrados 175 trabalhos.

Desse conjunto, foram excluídos, primeiramente, livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e comunicações para simpósios, de modo que restaram apenas artigos. Em seguida, foram eliminados do *corpus* de análise os trabalhos que não faziam referência ao termo “Português Indígena” no corpo do texto e aqueles que não abordavam o fenômeno Português Indígena propriamente dito. Por conseguinte, 18 artigos foram selecionados para a revisão de literatura. O *corpus* de análise é apresentado na tabela abaixo em ordem cronológica de publicação.

Quadro 1 – Levantamento do *corpus* de análise

Autor (es) - Instituição	Título	Ano	Periódico
Beatriz Christino (UFRJ), Moana de Lima e Silva (UNICAMP)	Concordância verbal e nominal na escrita em Português-Kaingang	2012	Papia- Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares
Beatriz Christino (UFRJ) Amanda de Matos (UFRJ)	A expressão de plural em Português Huni-Kuin: um exame dos sintagmas nominais	2017	Letrônica
Eunice Moraes da Rocha Rodrigues (UFG)	Português Tapuia: um signo de resistência indígena	2018	Revista Porto das Letras
Maria Doraci Guedes Rodrigues (UFPA) Abdelhak Razky (UFPA)	Variações lexicais do português de/em contato com a língua wajãpi: uma abordagem geossociolinguística	2019	Letras Escreve
Dante Lucchesi (UFF), Hellen Cristina Picanço Simas (UFAM)	Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia	2020	Confluência

Hellen Cristina Picanço Simas (UFAM), Dante Lucchesi (UFF)	O português indígena sateré-mawé: um projeto de pesquisa sociolinguística	2020	Linguagem & Ensino
Romario Duarte Sanches (UEAP)	Variantes lexicais para cigarro de palha no português falado por indígenas na Amazônia brasileira	2020	Revista Brasileira de Linguística Antropológica
Poliana Claudiano Calazans (EEEM Guarapari), Christina Abreu Gomes (UFRJ)	A dinâmica do português de contato dos guarani do Espírito Santo efeito de variáveis sociais na concordância verbal de 3ª pessoa do plural	2022	Fórum Linguístico

Fonte: Elaboração dos autores.

3. Resultados

Os dezoito artigos que compõem o material bibliográfico da revisão apresentam diferentes frentes de investigação sobre o Português Indígena. Neste artigo, são apresentados apenas os trabalhos de abordagem sociolinguística, que se destacam no quantitativo do *corpus*: dos dezoito artigos levantados para a revisão de literatura, oito enquadram-se nesta categoria de análise. Compõem esse recorte as publicações de Christino e Silva (2012), de Christino e Mattos (2017), de Lucchesi e Picanço (2020, 2021) e de Calazans e Gomes (2022), que abordam a Morfossintaxe do Português Indígena a partir da Sociolinguística Quantitativa; os trabalhos de Rodrigues e Rasky (2018) e de Sanches (2020), que exploram o Léxico na perspectiva da Geolinguística, da Geossociolinguística e da Dialectologia; e o artigo de Rodrigues (2018), que aborda o fenômeno Português Indígena como um signo de resistência e de identidade indígena. Os trabalhos serão apresentados nessa ordenação, que considera a perspectiva teórica da pesquisa e a data de publicação.

Beatriz Christino é professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora-colaboradora do Setor de Linguística do Museu Nacional-UFRJ, onde atua como docente no Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas. Desde 2012, Christino conduz pesquisas e estudos sobre as variedades de Português faladas por comunidades indígenas no Brasil. Em 2012, ao lado de Moana Lima e Silva, então mestranda na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Christino investigou os processos de concordância verbal e nominal na escrita em Português-Kaingang. Os resultados da pesquisa são apresentados no artigo *Concordância verbal e nominal na escrita em Português-Kaingang* (2012).

O *corpus* de análise foi constituído por 357 avaliações de Linguística, Antropologia e Língua Inglesa, realizadas por 138 professores bilíngues em Kaingang (L1) e Português (L2), em cursos de magistério do projeto *Vãfy*, que abarcou professores de dez aldeias do Rio Grande do Sul. As pesquisadoras identificaram tanto processos de marcação ou não-marcação de concordância nominal e verbal típicos do Português Brasileiro quanto processos não encontrados nessa variedade.

Em 10,4% das avaliações, Christino e Lima identificaram sintagmas nominais compostos por um nome no feminino acompanhado por um adjetivo na forma masculina, como em *ai vem as novas palavras emprestadas do português*. Além disso, a construção de sentenças com um sujeito no feminino e um predicativo no masculino, como em *essa aula será muito proveitoso*, foi utilizada por 41 professores e apareceu em 15,1% dos trabalhos e provas. Outras

ocorrências menos expressivas numericamente foram ressaltadas pelas autoras em virtude da sua relevância para a compreensão da escrita do Português-Kaingang. Nesse sentido, duas professoras utilizaram adjetivos no masculino para se referirem a si e um dos professores inseriu uma desinência *-o*, possivelmente compreendida como uma forma de marcar o gênero masculino, ao escrever o adjetivo *quento*, originalmente uniforme. Outrossim, nessa esteira de casos pontuais, foram identificadas flutuações entre o emprego adjetival e adverbial de *muito*, o que gerou sentenças como *com a linha Taquaruçu pois tinha muito taquara e os debates foram muito importantes*.

Na análise da concordância de número no interior do sintagma nominal, dois processos foram encontrados em porcentagem significativa. O primeiro corresponde à marcação expressa de plural apenas no elemento mais à esquerda do sintagma, estratégia observada em 38,6% das avaliações e muito encontrada nas variedades do Português Popular Brasileiro. Já o segundo processo é a marcação de plural que não inclui o primeiro elemento do sintagma, como em *limpar o cemitérios*, um modo de construção que foi utilizado por 41,3% dos professores. De acordo com as pesquisadoras, essa marcação diferenciada é realizada por influência do sistema da língua materna, uma vez que, em Kaingang, a marcação das categorias morfossintáticas aparece na parte mais à direita do sintagma nominal.

Ao analisar a marcação de concordância de número na relação entre sujeito e verbo, identificou-se que 47,1% dos professores fizeram uso da marcação expressa de plural apenas no sujeito. Além desse processo típico do PPB, as pesquisadoras ressaltaram a ocorrência de estruturas com o sujeito no singular e o verbo no plural, como em *a língua podem mudar em vários sentidos*, que também pode ser compreendida à luz das interferências da L1. Considerando que na língua Kaingang a variação na forma verbal expressa a noção semântica de ação múltipla, repetida ou recorrente em oposição à noção de ação única, compreende-se as origens da construção dessas sentenças, da qual 17,3% dos professores lançaram mão.

Além de investigar o Português-Kaingang, Beatriz Christino também conduziu pesquisas sobre o Português falado pelos Huni-Kuin (Kaxinawá) por meio do projeto *Efeitos do contato linguístico: aspectos morfossintáticos do Português Huni-Kuin*, desenvolvido desde 2012 na UFRJ. Dessa vez ao lado da pesquisadora Amanda de Matos Silva, Christino publicou o artigo *A expressão de plural em Português Huni-Kuin: um exame dos sintagmas nominais* (2017).

Os Kaxinawá, autodenominados Huni-Kuin, habitam as regiões do Alto Juruá e do Purus, nos dois lados da fronteira Brasil-Peru, e são falantes da família linguística Pano. Sendo um grupo de cerca de 12.500 indivíduos, no território brasileiro, os Huni-Kuin se dividem em doze terras indígenas homologadas, todas elas no estado do Acre. As pesquisadoras realizaram, em janeiro de 2014, um trabalho de campo com visita a cinco aldeias na Terra Indígena Kaxinawá-Ashaninka do Rio Breu. Para o artigo em questão, a amostra analisada foi composta por 16 falantes, sendo apenas dois deles do sexo feminino. Tal discrepância, segundo as autoras, deve-se a um traço cultural próprio da comunidade kaxinawá, que atribui aos homens a função de receber forasteiros.

Christino e Silva (2017) realizaram um levantamento dos sintagmas nominais no plural, o que culminou num *corpus* de 1.079 ocorrências, considerando-se, como aplicação da regra variável, a presença de um morfema de plural e, analogamente, a sua ausência como um caso de não-aplicação. Foram encontradas 555 ocorrências (51,4% do total) com aplicação da regra e 524 ocorrências (48,6% do total) sem aplicação. A partir desses dados, as autoras propuseram uma análise atomística a respeito do efeito das variáveis linguísticas com o auxílio do programa estatístico GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), sendo investigados 13 critérios linguísticos.

Assim como em outras variedades do Português Popular Brasileiro, a estratégia mais utilizada para marcação de plural no Português Huni-Kuin foi a marcação expressa unicamente

no primeiro elemento do sintagma nominal. Esse fator faz com que as classes morfológicas identificadas pelo programa como as mais favorecedoras do plural expresso sejam os pronomes demonstrativos (peso 0.91) e os artigos (peso 0.88), uma vez que são as classes que mais frequentemente ocupam a primeira posição no sintagma nominal, enquanto que os nomes e os adjetivos atingiram os menores pesos (0.28 e 0.26, respectivamente). Ao examinar essa variável, as autoras ressaltam uma distinção significativa entre a marcação de plural em artigos precedidos por preposições: a presença da preposição, conforme Christino já havia observado em trabalhos anteriores (CHRISTINO, 2015), influencia a distribuição e a omissão ou sobreutilização de artigos definidos, o que produz ocorrências como *projeto do artesanato des conta*.

Em consonância com os estudos tradicionais da Sociolinguística Quantitativa, a variável saliência fônica também foi identificada como um fator favorecedor da marcação de plural (peso relativo 0.78). No caso particular do Português Huni-Kuin, as pesquisadoras formulam a hipótese de que mecanismos da L1 transferidos ao Português possam contribuir para a influência da saliência fônica, considerando que as línguas da família Pano têm caráter aglutinante e sufixal. Nesse sentido, as unidades lexicais não admitem prefixos e são constituídas, de modo geral, por uma sequência de sufixos, na qual as últimas partículas a serem adicionadas são aquelas de conteúdo mais gramatical; dessa forma, há um peso fônico significativo na extremidade direita.

Para além dos fenômenos analisados estatisticamente, as autoras apresentam alguns registros menores, porém não menos significativos, que demonstram possíveis interferências da língua Huni-Kuin sobre o Português. É o caso dos sintagmas nominais com plural marcado somente na extremidade da direita, a exemplo de *outro velhos* e *tempo ancestrais*, numa possível transferência do caráter aglutinante e sufixal da L1, e de sentenças com os constituintes organizados na ordem sintática Sujeito-Objeto-Verbo, como em *ele chamô a macaxeira comê*, que segue a ordem canônica das línguas Pano.

Outro pesquisador que se destaca na investigação do Português Indígena é Dante Lucchesi, professor titular aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista de produtividade em Pesquisa do CNPq. Junto de Hellen Cristina Picanço Simas, professora associada da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Lucchesi desenvolveu um projeto de pesquisa voltado à análise do Português Indígena falado pelos Sateré-Mawé, povo que habita a terra indígena Andirá-Marau, na região do Médio Rio Amazonas, entre os estados do Amazonas e do Pará, e que é falante de língua do tronco Tupi, da família Mawé.

A pesquisa baseou-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista para coletar dados da fala vernacular de moradores de duas aldeias de Parintins (AM), em 2018. Por meio de duas viagens a campo, foram realizadas dezesseis entrevistas sociolinguísticas, com a duração média de 45 minutos, nas quais foram entrevistados dezesseis sujeitos: homens e mulheres com idade entre 15 e 72 anos, bilíngues em Sateré-Mawé (L1) e Português (L2). A partir da análise dos dados, os pesquisadores escreveram os artigos *O Português Indígena Sateré-Mawé: um projeto de pesquisa sociolinguística* (2020) e *Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia* (2021).

No artigo *O Português Indígena Sateré-Mawé: um projeto de pesquisa sociolinguística*, Lucchesi e Simas (2020) apresentam os primeiros achados empíricos relacionados à morfossintaxe do Português Sateré-Mawé. A análise dos dados identificou um processo típico de situações de bilinguismo e de mudança de língua: a simplificação morfológica da L2 — nesse caso, o Português — que atinge principalmente as regras de concordância nominal e verbal. No conjunto dos processos de simplificação morfológica, foram encontrados fenômenos típicos do Português Popular Brasileiro em geral e das variedades populares que passaram por um forte contato linguístico, processos comuns às línguas crioulas e fenômenos não

identificados até então em outras variedades do PPB.

No primeiro grupo de fenômenos, destaca-se a ampla variação na concordância de número no sintagma nominal e na concordância verbal junto a sujeitos na 1ª e na 3ª pessoa do plural. Nesse último caso, foram formuladas sentenças com sujeitos da P4 relacionados à conjugação verbal para a P3, a exemplo de *Com certeza, nós tem que concorda*, e com sujeitos da P6 ligados a verbos conjugados para a P3, como em *Eles entende*.

No grupo de fenômenos identificados apenas em variedades do PPB que passaram por um forte contato com outras línguas, como é o caso do Português Afro-Brasileiro, observou-se: a variação na concordância nominal de gênero, tanto no interior do SN (*Tem alguns família católica*), quanto no predicativo (*É o função de uma liderança dentro da aldeia*); a variação na concordância verbal que insere um sujeito da P1 com a conjugação verbal destinada à P3 (*Eu pretende ajuda a comunidade*); e o uso do quantificador tudo, em sua forma neutra, como pluralizador nominal (*Tudo nossa casa tem água encanada*). No mais, foi observada a dupla negação com o sujeito, a exemplo de *Ninguém somo mestiço não*, e a ausência de verbos copulativos, como em *Então a família da mamãe, da papai muito grande*, construções comuns às línguas crioulas.

Por fim, foram identificados processos específicos no PSM, dentre os quais se destacam a ausência de preposições nos adjuntos (*Só mulhé menstruação que não pode*) e para indicar finalidade em orações reduzidas (*Antes a FUNAI dava apoio abrir um comunidade*) e o emprego da forma básica do presente em contexto de passado, como em *Foi o tempo que minha irmã, né, é levado pra Manaus pra estudá*.

A partir desses primeiros resultados empíricos, Lucchesi e Simas (2020) ressaltam que, apesar de algumas das características do Português Indígena Sateré-Mawé serem comuns às línguas crioulas e aos estágios iniciais de Aquisição de Segunda Língua, é necessário considerar que outras dessas especificidades podem ser condicionadas pelas diferenças estruturais e tipológicas entre a língua materna e a língua portuguesa.

Já no artigo *Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia* (2021), Lucchesi e Simas analisam a variação na concordância nominal de gênero no PSM a partir da análise de um recorte dos dados de fala coletados. Os pesquisadores partem da hipótese de que a variação na concordância de gênero no PSM, resultado da situação de bilinguismo, estaria em meio a um processo de mudança em que o incremento do uso da regra de concordância de gênero (CG), comandado pelos mais jovens, formaria uma curva ascendente.

Todos os sintagmas nominais femininos coletados foram codificados no programa de cálculo estatístico GoldVarb X. Ao todo, foram identificadas 1.069 ocorrências, nas quais a regra de concordância de gênero foi plenamente aplicada em 951 situações, totalizando uma frequência geral de 89% de marcação. Os pesquisadores inseriram oito variáveis linguísticas no programa estatístico, que identificou como relevantes as variáveis (ii) *configuração sintagmática*, (iii) *a caracterização morfológica do nome do núcleo do SN* e (iv) *a vogal temática do nome do núcleo do SN*.

A análise da variável (ii) *configuração sintagmática* coincidiu com os resultados de pesquisas anteriores sobre o Português Afro-Brasileiro (LUCCHESI, 2000) e sobre o Português de Contato do Alto Xingu (LUCCHESI, MACEDO, 1997): no Português Sateré-Mawé, a aplicação da marca de concordância de gênero também foi favorecida pelas estruturas sintagmáticas mais simples (*Princípio da Simplicidade*), e foi desfavorecida pela presença de um constituinte que se flexiona em gênero na margem direita do SN, uma vez que a coesão entre esses elementos e o núcleo é menor do que aquela estabelecida entre o núcleo e os elementos predecessores (*Princípio da Coesão*). Já a análise da variável (iii) *a caracterização morfológica do nome do núcleo do SN* apontou que a marcação explícita do gênero no núcleo do SN favorece a aplicação da regra de CG (*Princípio da Saliência*).

Por fim, a última variável linguística identificada pelo GoldVarb como relevante, (iv) a vogal temática do nome do núcleo do SN, contrariou, em parte, a hipótese dos autores de que os nomes de tema em *-a* favorecem a aplicação da regra de CG, enquanto que os nomes de tema *-o* ou terminados em *-ão* desfavorecem, e as palavras de tema em *-e* ou **e teórico* ficam na neutralidade. Conforme a análise do programa, os nomes de tema em *-o* e *-ão* de fato desfavorecem a aplicação da regra de CG; entretanto, os fatores mais favoráveis são as palavras de tema em *-e* e **e teórico*, enquanto que os nomes em tema *-a* ficam próximos à neutralidade. Esse condicionamento também foi observado no Português de Contato do Alto Xingu (LUCCHESI, MACEDO, 1997) e pode ser compreendido à luz das interferências da língua indígena. No Sateré-Mawé, o gênero não é marcado por meio da flexão no nome, mas sim por unidades lexicais, em que a palavra indicadora do masculino, *pa'iat* (homem/macho), tem, em sua sílaba final, a vogal *-a*, enquanto que a palavra que marca o feminino, *wari'i* (mulher/fêmea) termina com uma vogal alta central *i* e uma vogal alta anterior *-i*, pronunciadas de forma semelhante ao *-i* átono, que marca a pronúncia em Português da vogal final das palavras terminadas em *-e*.

Quanto aos condicionadores sociais, os pesquisadores consideraram as variáveis idade, sexo e nível de escolaridade. A análise das três variáveis confirmou a hipótese inicial de Lucchesi e Simas: está ocorrendo um processo de mudança a partir do incremento da marcação de concordância de gênero pelos mais jovens. Nesse processo, os homens marcam mais a concordância de gênero por terem mais contato com a sociedade não-indígena e mais oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Na mesma esfera de pesquisa alinhada à metodologia da Sociolinguística Quantitativa, está o estudo de Poliana Claudiano Calazans, professora da Escola Estadual de Ensino Médio de Guaraupari (ES) e Doutora em Linguística pela UFRJ, e Christina Abreu Gomes, professora titular na UFRJ. Seu trabalho, publicado no artigo *A dinâmica do português de contato dos guarani do Espírito Santo: efeito de variáveis sociais na concordância verbal de 3ª pessoa do plural* (2022), apresenta resultados de pesquisa desenvolvida junto a três aldeias Guarani localizadas no litoral norte do Espírito Santo: Tekoá Porã, Mboapy Pindo e Piraquê-Açu.

As pesquisadoras conduziram, entre 2012 e 2016, 16 entrevistas com membros das comunidades. Para condução da entrevista, foi elaborado um roteiro de 75 perguntas abertas sobre a história, o dia a dia e o modo de vida dos indígenas. No total, foram obtidas 1.070 ocorrências de verbos com sujeito na terceira pessoa do plural que foram submetidas ao programa estatístico Goldvarb X para a análise da variável presença/ausência da marca explícita de concordância número-pessoal. Em paralelo, as investigadoras organizaram uma amostra de fala de 8 falantes do PB como L1, moradores do entorno das aldeias, para controle das características da variedade local com a qual os Guarani estabelecem contato mais diretamente.

Para analisar de que maneira os condicionamentos observados nos diversos estudos sobre o PB-L1 atuam no PB-L2 dos Guarani, os dados foram analisados em função de variáveis linguísticas (saliência fônica, distância e posição do sujeito em relação ao verbo, tempo verbal, animacidade do sujeito), cognitivas (paralelismo oracional, paralelismo discursivo) e variáveis sociais (idade, sexo e escolaridade). As autoras salientam que, além dessas variáveis, foi adicionada a variável linguística contável/não-contável, para o núcleo do sujeito, visto que, em Guarani a marcação de plural no verbo ocorre somente com sujeitos contáveis. O objetivo da inserção desta variável foi verificar a possibilidade de alguma transferência de L1 para L2. Ademais, foi incluída a variável grau de contato com o PB-L1.

Segundo as autoras, a comunidade de falantes do PB-L1, no entorno das aldeias, apresentou um percentual de realização de formas verbais de 3ª pessoa do plural compatível com o registrado para centros urbanos de médio porte (573/926 – 61,9%). Em contrapartida, na amostra de PB-L2 dos Guarani do Espírito Santo, 48% dos 1.070 dados correspondem a formas verbais com desinência de 3ª pessoa do plural, o que acarretou um *input* de .47 de realização

de verbos marcados.

A variável relativa ao traço [+/- contável] do núcleo do sujeito demonstrou significância estatística, com efeito favorecedor de nomes contáveis (492/1015 –48,5%, peso relativo=.51), e desfavorecedor de nomes não-contáveis (17/38 – 30,9%, peso relativo=.22), o que foi interpretado como uma transferência do sistema de marcação do Guarani para o PB-L2.

Das quatro variáveis sociais submetidas à análise estatística, três foram selecionadas – escolaridade, sexo e grau de contato. Com relação à escolaridade, os dados replicaram os condicionamentos para essa variável nos estudos realizados com falantes de PB como língua materna: a tendência para maior realização de formas marcadas está diretamente relacionada a uma maior escolaridade. A segunda variável extralinguística selecionada pelo Goldvarb foi sexo, o que aponta para a relevância do efeito dessa variável. Os resultados apontam uma alta tendência para os homens produzirem formas verbais marcadas de 3ª pessoa do plural, com peso relativo .60, e baixíssima probabilidade para mulheres, com pelo relativo de .09. Segundo as autoras, tais dados se aproximam do que já foi observado em comunidades rurais afro-brasileiras, contextos nos quais as mulheres ficam restritas ao espaço social da comunidade e não interagem tanto com a sociedade não-indígena. Essa distância acentuada nos resultados de homens e mulheres da comunidade Guarani reflete a diferença de estágio aquisitivo do PB-L2 em que ambos os grupos de falantes se encontram. Com relação à variável extralinguística grau de contato, foi confirmada a hipótese para o efeito dessa variável na realização/não realização da concordância verbal de que quanto maior o contato com a comunidade de falantes nativos do PB-L1, maior a probabilidade dos Guarani realizarem formas verbais marcadas de 3ª pessoa do plural.

O estudo das autoras demonstra que a dinâmica da variação no PB-L2 está fortemente relacionada com aspectos sociais, especificamente no que diz respeito aos papéis de homens e mulheres na organização social dos Guarani e, conseqüentemente, no contato com o PB. Os resultados mostraram que as mulheres apresentam tendência mais acentuada à transferência de padrão de marcação da relação verbo-sujeito do Guarani (traço contável/não-contável) em virtude da sua relação menos frequente com a sociedade não-indígena e, por conseguinte, com falantes nativos de Português.

Além dos aspectos morfossintáticos do Português Indígena, questões lexicais também foram investigadas em pesquisas de abordagem sociolinguística, sob o viés da Geolinguística, da Geossociolinguística e da Dialectologia. Nessa linha de análise, está o trabalho de Maria Doraci Guedes Rodrigues, mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e Abdelhak Razky, professor titular da UFPA e diretor científico do projeto Atlas Linguístico do Brasil, acerca do mapeamento lexical do Português falado pelos Wajãpi no Amapá (AP). O artigo *Variações lexicais do português de/em contato com a língua wajãpi: uma abordagem geossociolinguística* (2018) é um recorte da dissertação de Mestrado de Rodrigues, cuja pesquisa esteve vinculada ao Macroprojeto Geo-Sociolinguística e Socioterminologia (Geolin- Term) — uma parceria da Universidade Federal do Pará (UFPA) com a Universidade de Brasília (UnB) —, mais especificamente ao eixo destinado à elaboração do Atlas Linguístico do Português em Áreas Indígenas (ALIPAI).

Rodrigues e Rasky (2018) selecionaram cinco pontos de inquérito no município de Pedra Branca do Amapari (AP), onde localizam-se as Terras Indígenas Wajãpi, cuja língua pertence ao tronco Tupi e à família Tupi-Guarani. Em cada aldeia, foram entrevistados quatro moradores, divididos em dois grupos por gênero, faixa etária e escolaridade: o primeiro grupo foi composto por um homem e uma mulher com idade entre 18 e 30 anos, não alfabetizado (a) ou alfabetizado (a) até a 8ª série; e o segundo por um homem e uma mulher na faixa de 40 a 70 anos, não alfabetizado (a) ou com o ensino formal até a 8ª série. Os vinte informantes responderam a um Questionário Semântico-Lexical, adaptado do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), com 121 questões, distribuídas em 14 campos semânticos.

A partir da análise do *corpus* coletado, foram geradas cartas geossociolinguísticas, sendo que duas são analisadas no artigo. A primeira carta apresenta a distribuição das variantes produzidas como respostas à pergunta ...*um tipo de mosca grande, esverdeada, que faz um barulhão quando voa*. Foram identificadas as seguintes variantes: *mosca*, *moscão* e *mosca varejeira*, com as respectivas ocorrências gerais em porcentagem 45%, 25% e 15%; o um quarto restante foi marcado pela ausência de respostas. A segunda carta mapeia as variantes respondidas ao questionamento ...*aquele bichinho branco, enrugadinho, que dá em goiaba, em coco*: *tapuru* (70%), *bicho de fruta* (10%), *larva* (5%), *verme* (5%), sem respostas (10%).

A partir do mapeamento geossociolinguístico, os pesquisadores analisam as variantes diatópicas, diagenéricas e diageracionais. A análise das variáveis gênero e faixa etária demonstrou que há uma maior produtividade nas ocorrências do Português falado pelos homens mais idosos, fato justificável pelo maior tempo de contato desses sujeitos com outros falantes da língua portuguesa, uma vez que a eles é atribuída a função social de deslocar-se aos centros urbanos para resolver pendências da comunidade.

Considerando o elevado índice de ausência de respostas, Rodrigues e Rasky (2018) apontam para uma baixa aprendizagem de Português pelos falantes homens e mulheres da primeira faixa etária, interpretada como um produto do processo de aquisição inicial da segunda língua e da preservação da língua materna.

Na mesma perspectiva teórica, Romário Duarte Sanches, professor adjunto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e um dos líderes do grupo de pesquisa Atlas Linguístico do Amapá - ALAP/UNIFAP, desenvolveu o artigo *Variantes lexicais para cigarro de palha no português falado por indígenas na Amazônia brasileira* (2020). Em seu trabalho, Sanches (2020) compara as variantes lexicais utilizadas para designar *cigarro de palha* nas capitais da região Norte com as variantes encontradas em áreas indígenas da Amazônia brasileira. A pesquisa baseia-se na coleta e na análise do *corpus* linguístico presente em trabalhos da Geolinguística e da Dialectologia pluridimensional e relacional que se debruçaram sobre áreas indígenas do Norte e do Nordeste.

Na primeira etapa, o autor identificou a distribuição geossocial do item *cigarro de palha* no território brasileiro a partir dos dados do Atlas Linguístico Brasileiro (ALiB). Conforme o estudo de Razky e Costa (2014), foram mapeadas 21 variantes lexicais para o item em questão nas capitais brasileiras, sendo as mais mencionadas: *cigarro de palha*, *cigarro de fumo*, *palheiro*, *tabaco* e *porronca*. Sanches compara os dados do ALiB com as informações de outros Atlas linguísticos do Norte e do Nordeste, identificando uma convergência entre as amostras que permite apontar *porronca* como a variante lexical padrão, haja vista que predomina nas capitais do Norte do Brasil e não aparece nos registros de outras regiões, com exceção da capital do Piauí.

Na segunda etapa da pesquisa, o pesquisador levantou dados a partir da consulta ao *corpus* linguístico de três teses de doutorado e duas dissertações de mestrado da Universidade Federal do Pará (UFPA): *Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupi-Guarani nos estados do Pará e Maranhão* (COSTA, 2018), *Estudo geossociolinguístico do léxico do português falados pelos Baré, Tukano e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira* (FELIX, 2019), *Microatlas Linguístico (português-kheuól) da área indígena Karipuna do Amapá* (SANCHES, 2020), *Mapeamento lexical do português falado pelos Wajãpi no Estado do Amapá: uma abordagem geossociolinguística* (RODRIGUES, 2017) e *Estudo geossociolinguístico do português em contato com as línguas Asuriní do Xingu e Araweté* (ALVES, 2018). Todos os trabalhos têm natureza geolinguística, apresentam variantes ao item lexical em questão e foram realizados em áreas indígenas de diferentes etnias.

Nessa coleta, 13 variantes lexicais foram identificadas para denominar *cigarro de palha* nas terras indígenas do Norte do Brasil: *porronca*, *cigarro de fumo*, *cigarro de tabaco*, *cigarro de palha*, *tauari* (*tavari*), *fumo de corda*, *coringa*, *baruri*, *maratá*, *cigarro de abade*, *casca de*

árvore, arapiraca e charuto. A partir da análise comparativa entre as variantes lexicais faladas nas Terras Indígenas e aquelas faladas nas capitais nortistas, Sanches aponta como resultado a presença de variantes lexicais divergentes, ou seja, que são usadas apenas em um microespaço geográfico, e convergentes, faladas em um macroespaço geográfico, num uso mais abrangente. No primeiro caso, estão variantes como *bararí, coringa e arapiraca*, utilizadas exclusivamente em determinadas comunidades indígenas; no segundo caso, estão variantes como *cigarro de palha, porronca e cigarro de tabaco*, presentes tanto nas capitais quanto nas áreas indígenas.

Diante disso, o pesquisador afirma que a configuração de variantes convergentes pode ser explicada pela expansão da Língua Portuguesa nas áreas indígenas, enquanto que as variantes divergentes podem ser compreendidas como produtos da resistência linguístico-cultural dos povos indígenas e também como expressões condicionadas pelos ecossistemas, como é o caso de *tauari*, uma variante encontrada no extremo Norte do Amapá cujo termo remete à entrecasca de uma espécie de *Curataria* que serve para mortalha para cigarro.

O último trabalho dessa seção é o de Eunice Moraes da Rocha Rodrigues, graduada em Licenciatura Intercultural Para Formação e Habilitação em Linguagem pela Universidade Federal de Goiás e mestre em Performances Culturais pela mesma instituição. Em seu artigo *Português Tapuia: um signo de resistência indígena* (2018), Rodrigues parte de uma abordagem sociolinguística para defender o reconhecimento do Português Tapuia como a língua indígena falada pelos Tapias do aldeamento Carretão, em Goiás.

O aldeamento Carretão foi construído em 1788 e abrigou, desde a sua fundação, Xerentes, indígenas de outras etnias, negros e uma pequena população branca e mestiça, constituída por religiosos, administradores militares e colonos, de modo que, em virtude de uma política assimilacionista, o Português tornou-se a língua falada na comunidade. A partir da década de 1980, os Tapias conquistaram o reconhecimento legal como afro-indígenas descendentes dos Xavantes e dos Javaés. Diante da constituição étnico-linguística que acarretou o monolinguismo em Português e o fenótipo afro-indígena, a identidade indígena dos Tapias não é reconhecida pela comunidade ao seu entorno, que utiliza a ausência de uma língua indígena para deslegitimar a ancestralidade dos Tapias.

Nesse contexto sociolinguístico, Rodrigues apresenta uma série de marcas fonológicas e lexicais da comunidade com o intuito de alcançar o reconhecimento do Português Tapuia como uma língua indígena. Para tanto, a pesquisadora realiza uma análise dos dados extraídos das narrativas contadas pelos anciãos da comunidade e recolhidas pela antropóloga Rita Heloísa de Almeida, em 1980 e 1983. Além disso, também toma como base a análise construída por Trindade (2009) sobre uma série de processos fonológicos que caracterizam o Português Tapuia. Por fim, Rodrigues utiliza o levantamento lexical que organizou ao lado da professora Tapuia Adriana Silva e deu origem ao Glossário Tapuia (SILVA, 2012). Com base na análise desse conjunto de materiais, Rodrigues destaca marcas fonológicas e lexicais que caracterizam o Português Tapuia como uma língua indígena e o diferenciam das variedades do português sertanejo de Goiás.

A autora destaca o processo de espalhamento da nasalidade, em que *as vogais orais tônicas e pretônicas, seguidas de consoantes nasais, assimilam regressivamente a nasalidade da consoante*: ‘lama’ [‘lāmā], ‘tomemos’ [tõ‘mēmō(s)] ou [tõ‘mēmũ] e ‘camareira’ [kama‘rerā], [kâma‘rerā], [kâma‘rerā] (RODRIGUES, 2018, p. 142). De acordo com a autora, esse fenômeno faz com que a fala dos Tapias soe como uma fala toda nasalizada. Além disso, a pesquisadora também aponta a baixa ocorrência (5%) do *r retroflexo* em comparação com as variedades sertanejas e caipiras de Goiás como uma marca diferenciada do Português Tapuia, oriunda da constituição étnica do aldeamento Carretão.

A partir do Glossário Tapuia (SILVA, 2012), que apontou para uma grande parte do léxico de origem europeia (46%) e outra parte também significativa de origem indígena (36%), a autora destaca a presença de termos da língua Tupi no léxico do Português Tapuia como mais

um indício da sua identidade. Diante dessas marcas linguísticas, Rodrigues argumenta em prol do reconhecimento do Português Tapuia como uma língua indígena em detrimento do ideal de “pureza” linguística que sustenta a perspectiva das populações do entorno do Carretão e deslegitima a identidade Tapuia.

A partir de questões morfossintáticas, calcadas na Sociolinguística Quantitativa, de análises geolinguísticas e dialetológicas do léxico e de levantamentos de dados históricos e linguísticos, os trabalhos apresentados demonstram os resultados linguísticos contemporâneos do contato entre a língua portuguesa e as línguas indígenas no território brasileiro. Nessa esfera da pesquisa acadêmica, destaca-se a hipótese, levantada por diferentes autores, de que estruturas e fenômenos linguísticos encontrados até então somente nas variedades do Português Indígena podem ter suas origens no processo de transferência do sistema da língua materna para a segunda língua.

4. Discussão

Apesar das tentativas históricas seculares de apagamento e silenciamento das línguas ameríndias, esse patrimônio linguístico resiste no Português falado pelos povos indígenas em território brasileiro. São especificidades fonológicas, lexicais, gramaticais e pragmáticas que afloram na fala de jovens, adultos e idosos de todos os cantos do território, assentados em aldeias ou em ambientes não-indígenas, em escolas da educação básica ou no meio acadêmico do ensino superior. Tanto em falantes bilíngues com domínio sobre a sua língua materna quanto em falantes cujo acesso à língua originária não foi possível e esta segue enraizada nas práticas socioculturais permanecem marcas dos falares ancestrais que se propagavam antes da invasão europeia.

Desse modo, os resultados desta revisão de literatura permitem apontar que as hipóteses relacionadas à influência sistêmica das línguas indígenas no Português falado pelos povos originários não são apenas possibilidades, mas também probabilidades. O decênio da produção científica analisada reflete um direcionamento do olhar de linguistas brasileiros para a realidade plurilingue que marca um país de proporções continentais. Nesse contexto, o Português Indígena emerge como um conjunto heterogêneo de falares legítimos, que não devem ser encarados apenas como um objeto de estudo, mas também como formas de existência e resistência.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. L. de O. A variedade do português falado pelos asuriní do xingu e pelos araweté: um estudo geossociolinguístico. 2018. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11540>> . Acesso em: 06/06/2024
- BAIÃO, R. B. 2010. “Os marcadores discursivos no português de contato”. *Papia - Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico* 9 (0): 72–79.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.
- CALAZANS, P. C.; GOMES, C. A. A dinâmica do português de contato dos guarani do

Espírito Santo: efeito de variáveis sociais na concordância verbal de 3ª pessoa do plural. Fórum linguístico, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2022. p. 7350 - 7368. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/issue/view/3356>>. Acesso em: 16 mar 2024.

CHRISTINO, B. Gender agreement in Huni-Kuin Portuguese noun phrases. Papia - Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 77-102, 2015b.

CHRISTINO, B.; LIMA E SILVA, M. Concordância verbal e nominal na escrita em Português Kaingang. Papia- Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, São Paulo, v. 22, n. 2, 2012. p.415-428. Disponível em: <1680-3760-1-PB-libre.pdf (dlwqtxts1xzle7.cloudfront.net >. Acesso: 04 mar. 2024.

CHRISTINO, B.; SILVA, A. de M. A expressão de plural em Português Huni-Kuin: um exame dos sintagmas nominais. Letrônica, v. 10, n. 1, 2017. p. 30–45. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/25081> >. Acesso em: 4 mar. 2024.

COSTA, E. O. da. 2018. Estudo geossociolinguístico do léxico do português falado em áreas indígenas de língua Tupi-Guarani nos estados do Pará e Maranhão. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará.

D'ANGELIS, W. Concordância verbal de número em Kaingang: algumas pistas. Liames, Campinas, n. 4, p. 71-81, 2004

D'ANGELIS, Wilmar R. Recuperar, ressuscitar, adotar ou inventar? Povos indígenas em busca de (alg)uma língua. X Congresso Argentino de Antropologia Social. Buenos Aires, nov/dez 2011.

EMMERICH, C. 1984. A Língua de Contato no Alto Xingu. Dissertação de Mestrado Defendida no Âmbito do Programa de Pós-graduação em Linguística/ UFRJ.

EMMERICH, C. 1987. Da Natureza da Variação Lingüística no Português Xinguano. Rio de Janeiro, 76p

EMMERICH, C. O português de contato no Parque Indígena do Xingu. Estudos Linguísticos e Literários, n. 13, p. 57-90, 1992.

FÉLIX, M. I. de S. 2019. Estudo geossociolinguístico do léxico do Português falado pelos Baré (Nheengatu), Tukano e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira (AM). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará.

GOMES, A. A. S. Português brasileiro em uso por professores indígenas do estado do Amapá. Anais do SIELP. volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GOMES, C. A. 2010. “A importância do significado da preposição na aquisição de segunda língua”. Papia - Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico 9 (0): 65–71.

LIMA E SILVA, M. de. Português indígena Kaingang: uma questão de concordância. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1615773>

LIMA e SILVA, M. Português indígena Kaingang: uma questão de concordância. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL, Unicamp, Campinas, 2011.

LUCCHESI, D. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

LUCCHESI, D; MACEDO, A. A variação na concordância de gênero no português de contato do Alto Xingu. *Papia*, Brasília, v. 9, p. 20-36, 1997.

LUCCHESI, D.; SIMAS, H.C.P. Análise sociolinguística da variação na concordância nominal de gênero no português indígena sateré-mawé da Amazônia. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 60, 2021. Disponível em:

<<https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/452>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MATTOS E SILVA, R. V. Sete Estudos sobre o Português Kamayurá. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBS, 1988.

MATTOS E SILVA, R. V. A formação de uma área dialetal do português. *Papia - Revista de crioulos de base ibérica*, Brasília, v. 09, p. 09-19, 1997.

MATTOS E SILVA, R. V.; SILVA, M. B. da. 1985. Um traço do Português Kamayurá. *Universitas. Ciência*. Salvador, (34): 93-107, out./dez.

PAIVA, M. C. de. 2010. “Hipofonologização no português de contato”. *Papia - Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico* 9 (0): 52–64.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A. 9(1):83-103. São Paulo, 1993.

Rodrigues, M. D. G. 2017. Mapeamento lexical do português falado pelos Wajãpi no estado do Amapá: uma abordagem geossociolinguística. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará.

RODRIGUES, M. D. G; RASKY, A. Variações lexicais do português de/em contato com a língua wajãpi: uma abordagem geossociolinguística. *Letras Escreve*, Macapá, v. 8, n. 2. p. 103-124. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/334501399_Variacoes_lexicais_do_portugues_deem_contato_com_a_lingua_wajapi_uma_abordagem_geossociolinguistica> . Acesso em 16 mar 2024.

SANCHES, R. D. 2020. Microatlas Linguístico (português-kheúól) da área indígena Karipuna do Amapá. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pará – UFPA. Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém-PA.

SANCHES, R. D. Variantes lexicais para cigarro de palha no português falado por indígenas na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 12. p. 65-79. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/28485>>. Acesso em 16 mar 2024.

SIMAS, H. C. P.; LUCCHESI, D. O português indígena sateré-mawé: um projeto de pesquisa

sociolinguística. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 4, 2020. p. 1076-1096. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/18735/12028>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

SILVA, A. R. 2012. Constituição Étnico-cultural do Léxico Tapuia. Trabalho de Conclusão de Curso, Educação Intercultural/Núcleo Takinahakỹ, Universidade Federal de Goiás.

TRINDADE, E. I. O fenômeno da monotongação no Português Tapuio. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Goiânia. 2009. 146 p.